

RESENHA

Fronteiras e movimentos dos estudos urbanos no Rio de Janeiro

DAVIES, Frank Andrew; ARAÚJO, Fábio (Org.). Rio a Oeste: Modos de Habitar e Fazer a Cidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

Marcelo de Medeiros Reis Filho¹

A coletânea Rio a Oeste: Modos de Habitar e Fazer a Cidade, publicada em 2022, reúne textos de pesquisadores que articulam diferentes metodologias, teorias e objetos de pesquisa. A comunhão destes trabalhos acontece pelo interesse em uma região específica da cidade do Rio de Janeiro, a Zona Oeste. Longe dos mais famosos cartões-postais da Zona Sul e Centro, os bairros à Oeste tiveram padrões de urbanização, mobilidade e sociabilidade que os distinguiram de seus pares cariocas, sendo, inclusive, chamados de “Sertão carioca”² no começo do século XX. Mais recentemente, parte da região passou por um intenso processo de reformas, projetos e adequações para receber os Jogos Olímpicos de 2016, como o Parque Olímpico, a Vila Olímpica, os corredores de *Bus Rapid Transit* (BRT) e a primeira estação de metrô desse lado da cidade, no Jardim Oceânico.

O esforço dos organizadores resulta em textos sobre lugares tão diversos quanto Bangu, Realengo, Deodoro, Barra da Tijuca e Santa Cruz, entre outros. Pensando da habitação aos regimes de proteção, as obras compõem um mosaico das aproximações e afastamentos que uma mesma região urbana pode conter. Presentes nessa coletânea, Marcella Araujo & Thomas Cortado (2020) apresentaram em artigo anterior a ideia da Zona Oeste como uma fronteira dos estudos urbanos cariocas, possivelmente mais acostumados a tratar das questões de bairros, favelas, eventos e fenômenos presentes ao Sul e Centro da cidade.

O livro reúne o esforço individual e coletivo destes pesquisadores em expandir os olhares e agendas de pesquisas dos estudos urbanos cariocas. Esse movimento se torna mais evidente ao percebermos que autores como Brito (2012), Gomes (2020) e Dias (2020) já haviam publicados trabalhos sobre a região e retornam ao tema na coletânea, assim como um dos próprios organizadores em Guimarães & Davies (2018). Noto também trabalhos que não aparecem diretamente aqui, mas são importantes ao olhar para a Zona Oeste e suas produções, como Abreu (2008), Oliveira (2016; 2019), Lôro (2018), Sousa (2019), Neto & Silva (2020) e Agueda (2021). Posteriormente ao livro, há a presença de produções como Reis Filho (2022), Machado (2023) e Motta (2024) no avanço dessa agenda, cujo autores se filiam direta ou indiretamente às linhas de pesquisa dos autores e organizadores desta obra.

Adentrando o universo do livro, aponto as principais linhas de investigação presentes em seus capítulos: habitação; produção de bairros; violência urbana e ações coletivas. As táticas e formas de fazer (CERTEAU, 1998) de indivíduos e coletivos diante das possibilidades e impossibilidades do cotidiano são aspectos centrais para estes trabalhos. Antes das duas seções do livro, nomeadas de “Modos de habitar o Rio a Oeste” e “Modos de fazer o Rio a Oeste”, o leitor se depara com breves textos de Fábio Araújo & Frank Davies, organizadores da obra, e Suellen Guariento.

Destaco o texto de Guariento por apresentar, de forma bem pessoal e reflexiva, a experiência de se deslocar dentro e para fora Zona Oeste carioca a partir da trajetória de uma pesquisadora–moradora da região. Guariento explora os assuntos diversos que desenham as várias sociabilidades da Zona Oeste, assim como as mudanças que ocorrem em seu bairro, Realengo, com a mudança de domínio territorial do tráfico

¹ Mestre e Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)

² Referência à obra de Magalhães Corrêa, publicada em 1936, sobre a então região rural do Rio de Janeiro.

para a milícia. Essa abertura instiga o leitor a pensar o Rio de Janeiro a partir da Zona Oeste carioca, promovendo um encaixe com os capítulos a seguir.

Passando para o habitar local, a construção da casa na sociabilidade da baixada de Jacarepaguá, indo da ruralidade até a desativação da Colônia Juliano Moreira, é destrinchada por Samantha Gifalli. A autora explora como Estado e comunidade mediam as relações que rodeiam o desejo pela casa própria. Ao abordar o caso de Juliano Moreira, antigo hospital psiquiátrico, fica evidente como a residência se torna ponto de partida para entender a demanda por direitos constitucionais e trabalhistas, assim como das relações políticas que permeiam associações de moradores e iniciativas privadas.

Em seguida, Cortado explora os “loteamentos proletários” na Zona Oeste carioca, mais especificamente cinco que agora são chamados de “loteamentos irregulares” pela Prefeitura. Esses locais têm origem em projetos públicos de habitação que foram aprovados e não executados ou, se executados, fora da idealização original. Os loteamentos estão presentes, em sua ampla maioria, nas Zonas Oeste e Norte, estando ausentes da Zona Sul da cidade. Pensados como uma forma de tornar acessível a casa própria para classes populares na década de 1930, as políticas e poéticas dos loteamentos apontam para promessas e projetos de cidade que nunca se concretizaram, com espaços que tentavam se adequar ao ordenamento urbanístico municipal tornando-se “irregulares” pelas diferenças encontradas entre a tecnicidade da lei e a ocupação de fato da terra.

Continuando nas políticas habitacionais, Miaguskó & Rodrigues tratam sobre trajetórias familiares em dois condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) no bairro de Santa Cruz. A partir de entrevistas, os autores apresentam formas de governo, circulação e modos de subjetivação na Zona Oeste carioca. Nesse sentido, o texto aponta como as construtoras constituem o modo de habitar a cidade por meio da criação de um “padrão periférico e homogeneizador dos sujeitos”. É perceptível também o maior trânsito de camadas sociais populares por dife-

rentes regiões da cidade, muitas vezes com o objetivo de se desvencilhar de situações de violência. Nesse cenário, a religiosidade passa a se tornar central para as interlocutoras na figura de redes de apoio e significação dos cotidianos dessas moradias populares.

Passando para a população em situação de rua, Raquel Carriconde trata sobre as noções de boa circulação e má circulação na gestão do Rio Olímpico, ou seja, no contexto da década de 2010 em que a cidade era preparada para receber os Jogos Olímpicos de 2016. A autora aponta como as Zonas Norte e Oeste da cidade foram utilizadas para a contenção da população em situação de rua, já que os equipamentos de acolhimento institucional foram concentrados nessas regiões em detrimento da Zona Sul e Centro. Por outro lado, o texto aponta como os acolhidos tinham origem justamente nessas regiões que não forneciam equipamentos, fazendo com que os indivíduos passem por um processo de deslocamento geográfico a partir dos serviços fornecidos pela Prefeitura. Nesse cenário, Carriconde argumenta que as regiões Norte e Oeste se tornam sombras do projeto de cidade que estava em curso, mercantilizado e militarizado para os megaeventos da época.

No capítulo seguinte, Fábio Araújo reflete sobre a produção da territorialidade urbana por meio das práticas e processos materiais, abordando o caso do bairro de Bangu, desde sua fundação, ao fim do século XIX com os investimentos da Fábrica de Tecidos, até a sua divisão com a partir do Complexo Penitenciário de Gericinó em 2004. Em meio a esses dois momentos, Araújo destaca a produção do Conjunto Habitacional da Vila Kennedy, fruto das políticas de remoção de moradores de favelas do Centro e Zona Sul em direção à Zona Oeste na década de 1960. O texto também aponta como a identidade territorial de subúrbio industrial foi modificada, ao longo das décadas, a partir da presença de “instituições estigmatizantes” em seu território, como os presídios e um aterro sanitário. Assim, Araújo constrói a trajetória urbana da territorialidade de Bangu por meio de suas infraestruturas, explorando suas camadas de histórias e políticas urbanas.

Cavalcanti, Araujo & Medeiros apresentam dinâmicas econômicas e temporalidades da moradia informal a partir de um *survey* aplicado em cinco comunidades do bairro de Curicica, parte de Jacarepaguá. Informalmente, a região foi chamada por moradores e incorporadores de Barra da Tijuca ou Barra Olímpica³, devido a sua proximidade com os equipamentos construídos para os Jogos Olímpicos de 2016 e a localização entre a baixada de Jacarepaguá e a Avenida Ayrton Senna. O *survey*, como notado no texto, vem após um esforço de contagem dos domicílios locais e a observação de um mercado imobiliário aquecido na região, contando com quitinetes, apartamentos, cômodos alugados e casas, entre outros tipos de arranjos.

O texto aponta que 31% dos entrevistados tinham origem em estados do Nordeste, formando a segunda maior população do local após os oriundos do Sudeste, incluindo nesse grupo aqueles que já eram residentes no Rio de Janeiro. Também é notado que a quantidade de pessoas atuantes na construção civil era de uma proporção maior que aquela existente no Brasil, chegando a 19% nas comunidades enquanto era de 16,3% no país. Ressalta-se também como a média faixa etária dos entrevistados estava abaixo daquela encontrada na cidade, enquanto a distribuição de gênero estava similar ao restante da capital. Nesse sentido, o texto percorre as dinâmicas sociais que compõem a produção desse espaço, com destaque para a migração e a ocupação profissional na composição do público que ocupava essas moradias.

Ariley Dias contribui para o livro como uma análise do Jardim Batan, favela localizada em Realengo. O autor contextualiza a favela a partir das obras da via expressa Avenida Brasil, que liga a Zona Oeste ao Centro da cidade, e a oferta de empregos na região a partir dessas obras. É notado que houve ali o controle territorial da milícia por um ano antes da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Por meio de entrevistas e observação participante no período de ocupação policial, Dias

³ O bairro Barra Olímpica foi formalmente constituído pela Lei 7.646, de novembro de 2022, considerando a partir dos arredores da Vila do Jogos Pan-americanos ao condomínio Ilha Pura, que foi a Vila dos Atletas em 2016 durante os Jogos Olímpicos.

conta as formas de interação entre os moradores e o território que perpassam a produção de identidades e desigualdades, criando um sistema de interdependência entre atores humanos e não-humanos.

Jardim Batan, na visão do autor, é dotado de uma heterogeneidade espacial que demonstra desigualdades e formas de interação com o território. Em sua pesquisa, é apontada como a mobilidade, assim como outros serviços, pode ser uma forma de compreensão das diferenças dentro de uma favela, considerando as ofertas e ausências delas como indicadores da realidade local. Um outro aspecto destacado é a dependência entre moradores, nos quais aqueles em áreas de risco e com menos serviços seriam mais dependentes dos moradores de outros setores, gerando uma perspectiva de que há aqueles “mais favelados”. Essa diferenciação também acontece a partir dos tipos de construções, indo das casas da década de 1940, os apartamentos do Fumacê e as construções mais precárias do “Batanzinho” e “Morrinho”. Dias, então, nota como a dicotomia favela-asfalto não explica as práticas sociais em espaços como o Jardim Batan, compostos de dinâmicas e desigualdades de tipos diferenciados como os apontados acima.

Na inauguração da seção “Modos de Fazer”, o organizador Frank Davies explora o papel das instituições militares na produção da Zona Oeste carioca, principalmente nos trechos entre os bairros de Deodoro à Realengo de 2012 até 2016. O autor aponta ainda que a ocupação militar na região data do século XIX, com o uso de terrenos locais para ensino e prática de tiro. Ao longo das décadas até o início do século XX, fazendas foram sendo adquiridas e transformadas em instalações militares de diversos usos, desde residências até sede de cavalarias e aeroclubes, todas associadas ao projeto de “profissionalização” de suas instituições. Assim, mudou-se o caráter rural da região, agora urbanizado e transformado, principalmente, em local de atividades relacionadas ao exercício militar.

Os movimentos de interiorização de instalações militares, iniciado na segunda metade do século

XX, gerou uma nova disponibilidade terrenos e infraestruturas nesses bairros, agora também ocupados por diferentes classes sociais de civis. Nesse cenário, movimentos civis começaram a se articular para reivindicar e questionar os destinos daqueles terrenos, resultando, por exemplo, na instalação do Colégio Pedro II no local que antes era uma Fábrica de Cartuchos. Na preparação para os Jogos Olímpicos, Deodoro foi escolhido para receber um Complexo Esportivo de modalidades como hipismo e tiro esportivo, esportes relacionados às atividades militares. Agora administrados pelo Exército, essas instalações esportivas foram executadas com recursos do governo federal, que também investiu em reformas urbanísticas na região. Nesse sentido, Davies nota como os comandos militares produziram espaços urbanos dentro de suas próprias concepções e lógicas, passando pela urbanização inicial de áreas rurais até o manejo de terrenos em desuso para atender interesses institucionais sem supervisão civil ou negociados a partir da reivindicação de movimentos coletivos locais.

Simone Gomes contribui para a coletânea com um texto sobre a sociabilidade militante no bairro de Campo Grande, o mais populoso da cidade. A sociabilidade militante, segundo a autora, seria uma contraposição à cultura do medo presente na região. Essa cultura, por sua vez, impõe dificuldades e impedimentos aos militantes do bairro. Gomes, que conduziu seus estudos entre os anos de 2013 e 2015 e, posteriormente, em 2019, aponta que os militantes locais costumam atuar por meio de organizações não governamentais (ONGs) e que, então, suas agendas ficam direcionadas para temas culturais em detrimento de outros, como a violência.

Por meio de falas dos sujeitos envolvidos em movimentos sociais, Gomes joga luz sobre a militância nos territórios da Zona Oeste carioca. A distância entre a região e a zona central é um tópico frequentemente mencionado como um problema para os militantes, assim como os preços das passagens e o tempo de deslocamento entre a Zona Oeste e o Centro, local em que muitas atividades dos movimentos sociais se desenvolviam. Além disso, um obstáculo enfrenta-

do pela militância é a presença de grupos armados ao longo do território, gerando uma ambiguidade no imaginário sobre a região. Os entrevistados relatavam que seus bairros eram “calmos”, ao mesmo tempo que tinham “medo” de desenvolver suas atividades.

Os movimentos sociais continuam no foco no próximo capítulo, uma colaboração entre o Coletivo Martha Trindade e Instituto Pacts, ao falar sobre a vigilância popular em saúde no bairro de Santa Cruz frente à atuação da siderúrgica Ternium Brasil. Há, entre as denúncias coletivas, relatos de proliferação de doenças ocasionadas por resíduos tóxicos na atmosfera, alagamentos em um conjunto habitacional e condenação das estruturas de residências. Os impactos da siderúrgica, operante desde 2010 na região, também chegam aos pescadores locais. Nesse cenário, moradores se organizaram para fazer a medição rotineira da qualidade do ar, circular informações de denúncias e organizar o enfrentamento às violações. Assim, os autores apontam como a atuação desses movimentos criam “estratégias de resistência” frente aos impactos ambientais e logísticos causadas pela lógica de desenvolvimento econômica que permite a instalação e funcionamento da siderúrgica.

Fernandez, Baptista, Miranda & Dias exploraram o campo argumentativo, entre os anos de 1990 até a publicação da coletânea, em torno da paisagem do Sertão Carioca, termo atribuído à Zona Rural que hoje compõe a Zona Oeste carioca. Isso significa abordar diferentes discursos veiculados em reportagens, depoimentos, livros e vídeos que dialogam não apenas com o termo, mas também com a obra homônima de Armando Magalhães Corrêa, publicada em 1936. As autoras notam como Corrêa retrata a paisagem e modos de vida agrícola no Rio de Janeiro na época, ao mesmo tempo que advoga pela preservação ambiental das áreas locais e critica as práticas extrativistas e predatórias dos “sertanejos” analisados. O capítulo demonstra, por fim, a persistência dos agricultores e a continuidade de seu modo de vida, principalmente no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca, apontando para um protagonismo desses atores na construção da paisagem e da politização do

território.

Ana Campos traz ao livro uma pesquisa etnográfica feita com frequentadores de terreiros em Santa Cruz e Campo Grande. Por meio da figura do “Exu policial”, incorporada por uma mãe de santo, Campos desenvolve relações preponderantes entre os grupos pesquisados, como os “regimes de proteção”. A figura apresentada é uma representação do Exu Tranca-Rua das Almas, com o adicional de se apresentar com as vestimentas e acessórios de um policial militar, portando-se como um agente de competente na resolução de problemas, cumpridor de suas palavras e vingativo com aqueles que não cumprem com as promessas feitas a ele. As peças utilizadas teriam sido doados por policiais enquanto uma forma de recompensa pelos trabalhos realizados pelo Exu, que os fornecia proteção em seus trabalhos. Campos nota que esses policiais adotavam práticas de milícia, cobrando taxas de segurança e oferecendo proteção aos terreiros, ao mesmo tempo que buscavam a proteção fornecida pelos rituais deles. Assim, a autora aponta a existência de uma “rede de reciprocidade” com fins de obter proteção e dos chamados “regimes de proteção” entre policiais, traficantes, mães e pais de santo, na qual um agente ora oferece ajuda e ora a busca.

No capítulo que fecha a coletânea, Brito retorna o leitor ao bairro de Bangu com uma análise dos fenômenos de “criação de bairros” e “uso de identidade de bairro” nas políticas urbanas cariocas. O movimento analítico de Brito começa a partir do desmembramento de Bangu a partir das criações de Gericinó e Vila Kennedy, respectivamente em 2004 e 2017. O autor aponta que esse movimento de recorte territorial beneficiou Bangu, que exerce uma centralidade em sua região, ao retirar “instituições estigmatizantes” de seus limites territoriais, como presídios e o aterro sanitário no caso de Gericinó. Vila Kennedy, por sua vez, é apontada como um bairro que nasce estigmatizado, associado à violência e presença de facções de tráfico de drogas, e utilizado como

“zona de experimentação” de políticas públicas, como intervenções militares. Nesse sentido, Brito conclui que o processo de desmembramento valoriza simbolicamente Bangu, reiterando dele infraestruturas e indicadores sociais estigmatizantes, enquanto mantém Gericinó e Vila Kennedy enquanto territórios de vulnerabilidades, inseridos no contexto da cidade como, respectivamente, uma “zona de sacrifício” e uma “zona de experimentação”.

O Rio a Oeste, por mais que seja uma coletânea, oferece ao seu leitor uma narrativa coesa e interligada por meio de seus diferentes autores, metodologias e objetos de pesquisa. Afinal, o que a Zona Oeste diz sobre o Rio de Janeiro? Como seus bairros explicam processos urbanos amplos? Quais as semelhanças e afastamentos que a Zona Oeste possui com outros territórios cariocas e fluminenses? O livro oferece um mergulho às diferentes formas de habitar a cidade, passando pela mobilização de imaginários, criação de infraestruturas e sociabilidades diversas. Ao considerar o movimento de expansão da cidade em direção ao Oeste, agora a Zona mais populosa da cidade, esta obra também expande as próprias fronteiras dos estudos urbanos, olhando para processos e hábitos que estavam à margem da literatura especializada. Como já apontam Araujo & Davies na abertura deste livro, a Zona Oeste se revela um “ponto de partida e chegada para as reflexões em torno da metrópole fluminense”.

Referências

- ABREU, M. d. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- AGUEDA, R. C. *Do Leblon ao Novo Leblon: experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2021.
- ARAUJO, M.; CORTADO, T. J. *A zona oeste do*

- rio de janeiro, fronteira dos estudos urbanos? Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020.
- BRITO, J. F. P. Terras Quentes Reinventadas: a criação do bairro Gericinó como parte de transformações urbanas do bairro Bangu. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- CERTEAU, M. d. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- DIAS, A. A crítica ao mundo cívico e os novos bens futuros. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020.
- GOMES, S. A cultura como alternativa: Uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na zona oeste do Rio de Janeiro. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020.
- GUIMARÃES, R. S; DAVIES, F. A. Alegorias e deslocamentos do” subúrbio carioca” nos estudos das ciências sociais (1970-2010). Sociologia & Antropologia, v. 8, p. 457-482, 2018.
- LÔRO, J. N. Entre os muros da cidade: condomínios horizontais fechados e segregação socioespacial na Barra da Tijuca. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal Fluminense, 2018.
- MACHADO, J. K. Entre o imaginário urbano de preservação ambiental e as promessas de obras: a infraestrutura de esgotamento sanitário na Barra da Tijuca (RJ). Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2023.
- MOTTA, J. W. B d. As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Revista Dilemas, v. 17, n. 1: JAN/FEV/MAR/ABR, 2024.
- NETO, B. R.; SILVA, P. B. B. d. Fazenda Bangu: A jóia do Sertão carioca. Rio de Janeiro: Grémio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.
- OLIVEIRA, M. P. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no rio de janeiro. Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociale, 2006 _____ . A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu. In: 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 95–137.
- REIS FILHO, M. de M. Calçadão de Bangu: projetos, fluxos e cotidianos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2022.
- SOUSA, G. M. C. d. Bangu: do bairro operário à centralidade comercial, uma análise sobre conflitos e cooperações entre agentes produtores do espaço urbano do bairro. XIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, 2019